



PARECER N.º 071/2023

Assunto: PROJETO DE LEI N.º 20/2023

Autoria: CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Senhor Presidente,

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa desafetar imóvel do patrimônio municipal e autorizar a alienação do referido bem e dá outras providências.

A justificativa apresentada para a propositura do referido Projeto de Lei foi a seguinte:

"O presente Projeto de Lei sugerido pelo Poder Executivo Municipal objetiva a regularização da área, razão pela qual é necessário alterar a destinação de bem público municipal (desafetação), de bem de uso especial para bem de uso dominial, em atenção ao disposto no art. 99 do Código Civil, o qual dispõe sobre a classificação legal dos bens públicos. Importante salientar, que a presente proposta legislativa, vem atender anseios do município para o desenvolvimento deste, e propiciará a doação para a Justiça Federal, para a construção de sua sede própria. Consequentemente, tal órgão federal, propiciará atendimento com mais conforto, garantindo aos munícipes acesso à Justiça, e gerando empregos em nossa municipalidade.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência, bem como, obtenha deliberação favorável em sua íntegra."

Acompanham o projeto em estudo: A) TRT OBRA/SERVIÇO N.º CFT2302590275; B) Memorial Descritivo de Desmembramento da Fusão de Lotes Urbanos – Matrículas n.º 38.277, 38.270, 38.272 e 38.273; C) Cópia da Matrícula n.º 49.188;

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cumpre destacar que não consta vício de iniciativa que macule o presente Projeto de Lei, uma vez que compete ao Prefeito Municipal providenciar sobre a administração dos bens do município e a administração dos bens do Município e sua alienação na forma da lei (art. 67, XXV, LOM).



O veículo normativo é adequado – Projeto de Lei Ordinária – haja vista que não há exigência legal para que outro instrumento normativo disponha acerca da desafetação e alienação de bens imóveis.

Na lição de Celso Antônio Bandeira de Mello “(..)a desafetação dos bens de uso comum, isto é, seu trespasse para o uso especial **ou sua conversão em bens meramente dominicais, depende de lei ou de ato do Executivo praticado na conformidade dela.**”(De Mello, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 29ª ed., Editora Malheiros. Pág. 931)

No caso em epígrafe, o bem desafetado passará a ser considerado bem público dominical e, para que possa ser alienado, deve observar as exigências da lei, nos moldes do que preceitua o art. 101 do Código Civil.

Nessa toada, tem-se que, atualmente, as Leis 8.666/93 e 14.133/2021 regulam as alienações dos bens públicos (imóveis e móveis).

Ambas as leis exigem, além de condicionarem à existência de interesse público devidamente justificado e avaliação prévia do bem, bem como a autorização legislativa, exigem ainda, a realização de procedimento licitatório.

Denota-se que a Lei 8.666/93 pressupõe a realização de licitação na modalidade concorrência (art. 17, *caput*, I), ao passo que a Lei 14.133/2021 exige que se proceda à licitação na modalidade leilão (art. 76, *caput* e inc. I).

No entanto, ambas as normas trazem hipóteses em que a realização de licitação será dispensada.

Assim sendo, contando o projeto com mensagem que indica “**a doação para a Justiça Federal, para a Construção de sua sede própria**(...)”, a princípio, verifica-se enquadramento legal para a dispensa de licitação (art. 17, I, “b”, Lei 8.666/93 ou art. 76, I, “b”, 14.133/2021).

Convém colacionar decisão do TCEMT acerca do tema. Confira-se:

“Licitação. Alienação de imóvel. Depósito de 5% do valor de avaliação. Lei específica. 1) Na concorrência para alienação de imóvel público, a exigência do depósito de 5% do valor da avaliação do bem imóvel, como condição de habilitação, é critério previsto no artigo 18 da Lei 8.666/93, não configurando exigência restritiva à competitividade do certame, que visa a demonstrar se o interessado possui condições financeiras de arcar com a aquisição no curto prazo fixado no edital, a fim de inibir a participação de meros especuladores na fase de habilitação que, após o arremate, se recusem ou não tenham condições de efetivar o pagamento integral. 2) **A Lei 8.666/93 não exige lei específica para alienação de bens públicos dominicais**, estabelecendo como requisitos, para tal hipótese, tão somente a **desafetação**, a **existência de interesse público devidamente justificado** e a **prévia avaliação**. (REPRESENTAÇÃO



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

(NATUREZA INTERNA). Relator: MOISES MACIEL. Acórdão 239/2020 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 18/08/2020. Publicado no DOC/TCE-MT em . Processo 150258/2019). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2020, nº 67, jul/ago/2020).

Nessa esteira, para o Tribunal de Contas de Mato Grosso basta a edição de lei genérica, a desafetação, a existência de interesse público devidamente justificado e a prévia avaliação.

Importante mencionar que não foi encaminhada a avaliação do bem.

3. DA CONCLUSÃO

Em razão de todo o exposto, OPINO pelo prosseguimento do processo legislativo referente ao Projeto de Lei nº 20/2023, de autoria do Poder Executivo, com as seguintes recomendações:


- 1) Seja acostada ao processo legislativo a avaliação do bem;
- 2) Seja informado/certificado pelo Poder Executivo qual diploma legal adotado para amparar referida alienação, se a Lei 8.666/93 ou se a Lei 14.133/2021, bem como a hipótese legal autorizadora da alienação do imóvel.

Salienta-se que o Projeto de Lei em epígrafe deverá ser encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Orçamento e de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, para que seus membros elaborem os respectivos pareceres.

Por fim, impende anotar que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

A opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Assessoria Jurídica, 26 de junho de 2023.


Aline Simony Stella
OAB/MT 16.673/O